
**SINGULARIDADE PORTUGUESA
NO CONCERTO (?) DA EUROPA**

António Coimbra Martins

SINGULARIDADE PORTUGUESA
NO CONCERTO (?) DA EUROPA (*)

Ó míseros Cristãos, pela ventura
Sois os dentes, de Cadmo desparzidos,
Que uns aos outros se dão à morte dura,
Sendo todos de um ventre produzidos (1)?

Era nestes termos que, por 1570, Luís de Camões apostrofava os povos europeus, cristãos como os Portugueses, mas ocupados em lutas fratricidas, em vez de se unirem por ideal comum, com vista a conjurar perigos que os ameaçavam a todos.

Alemães, Ingleses, Franceses, Italianos são sucessivamente evocados no início do canto 7 dos *Lusíadas*:

Alemães

Vede'los Alemães, soberbo gado (2)

Ingleses

Vede'lo duro Inglês, que se nomeia
Rei da velha e santíssima cidade (3),

Françeses

Pois de ti, Galo indigno, que direi (4)?

Italianos

Contigo, Itália, falo, já submersa
Em vícios mil, e de ti mesmo adversa (5).

(*) Conferência proferida no Instituto da Defesa Nacional, em 29 de Fevereiro de 1984.

(1) *Os Lusíadas*, canto 7, oitava 9.

(2) *Ibidem*, canto 7, oitava 4.

(3) *Ibidem*, canto 7, oitava 5.

(4) *Ibidem*, canto 7, oitava 6.

(5) *Ibidem*, canto 7, oitava 8.

Apostrofando assim, o poeta concebe e foca uma oposição. De um lado, a sua Pátria. Do outro, os povos europeus, as querelas e os erros dos povos europeus. Valoriza a conduta da sua Pátria. Condena os Europeus. Ao tempo tem Portugal edificado, e governa o seu primeiro império que é o das Índias. Chegáramos a todas as partes do mundo, navegáramos todos os mares, e o próprio Camões escreve da gente portuguesa: «E, se mais mundo houvera, lá chegara»⁽⁶⁾.

No entanto, opondo Portugal aos restantes países da Europa, Camões insiste sempre, como quem lhe dói, no reduzido número dos Portugueses, na própria pequenez de Portugal:

A vós, ó geração de Luso, digo,
Que tão pequena parte sois do mundo⁽⁷⁾...

Não faltaram cristãos atrevimentos
Nesta pequena casa lusitana⁽⁸⁾.

Sem embargo dos Algarves que a coroa possui aquém e além-mar, os mesmos Europeus, a quem o poeta censura, lhe parecem grandes em território. Caso dos Alemães, por exemplo:

Vede-los Alemães, soberbo gado,
Que por tão largos campos se apascenta⁽⁹⁾...

Camões andou nas guerras de África, batalhou e versejou na Índia, terá tido cargos em Macau, e Portugal não deixa de lhe parecer pequeno. Nunca imagina nada como o famoso mapa do apogeu da Ditadura, em que as colónias se sobrepunham a vermelho aos países de Europa para mostrar que Portugal não era um país pequeno. O livro de Português dos meus primeiros anos de liceu, intitulava-se precisamente: *Portugal é grande*. E esta grandeza era histórica, moral e também física.

Em Camões, não. A grandeza que o poeta reconhece e canta é a dos feitos. Do ponto de vista dos feitos, somos maiores até que as grandes civilizações da antiguidade clássica. Este é um dos empenhos funda-

⁽⁶⁾ *Ibidem*, canto 7, oitava 14.

⁽⁷⁾ *Ibidem*, canto 7, oitava 2.

⁽⁸⁾ *Ibidem*, canto 7, oitava 14.

⁽⁹⁾ *Ibidem*, canto 7, oitava 4.

mentais dos *Lusíadas*: mostrar que excedemos Gregos e Romanos. A literatura épica anda cheia de narrações e lendas; e a verdade do que temos feito, nós, Portugueses, excede a ficção com que se enaltecem os outros.

Isto, Camões o crê e o canta. E nisto o seguimos, empolgados, até à conclusão do poema. Canto décimo, oitava 152. Dirige-se o poeta, agora, a D. Sebastião, e incita-o:

Fazei, Senhor, que nunca os admirados
Alemães, Galos, Ítalos, Ingleses.
Possam dizer que são para mandados
Mais que para mandar os Portugueses...

Alemães, Galos, Ítalos, Ingleses... Os mesmos quatro povos que tinham sido increpados no início do canto 7. Os mesmos a quem o poeta opusera os cristãos atrevimentos por que se engrandecia a «pequena casa lusitana». Estes heróicos do final do poema excitam por uma finalidade inesperada o ânimo bélico e patriótico do jovem rei. Trata-se de fazer grandes coisas, de tornar Portugal maior ainda, a fim de não parecermos pequenos, nós, possuidores de império, aos mesmos quatro povos, a quem se censuravam as lutas fraticidas e a tibieza ou os desvios religiosos. Havemos de lutar, havemos de conquistar, para que Franceses, Ingleses, Alemães, Italianos, reconheçam que também somos dominadores. Os admirados «Alemães, Galos, Ítalos, Ingleses». Admirados. Quem os admira? Quem os admira, senão nós mesmos que entretanto devassámos o mundo e nos dispersámos pelo mundo?

O poeta acaba de escrever uma epopeia «à italiana» em que atira aos séculos a nossa grandeza própria. Em suma, nós conquistámos além-mar o lugar que queremos na Europa, a dignidade que necessitamos que nos reconheçam Alemães, Galos, Ítalos, Ingleses. Não pertencemos ao número dos que obedecem. Como os grandes da Europa, pertencemos ao número dos que mandam.

Não conviria então mostrar, no próprio teatro europeu, do que somos capazes? Os *Lusíadas* são o poema de uma comunicação, de uma viagem: comunicação Ocidente/Oriente, primeira viagem de Vasco da Gama. Mas não deixam de mostrar, em acções europeias, que os Portugueses não

se fizeram para mandados mais que para mandar. Estas acções não são apenas os trabalhos da reconquista cristã, anteriores às questões entre lídimos europeus. Não apenas as guerras com Castela, em cuja evocação o poeta fere com ardor a nota patriótica. Os Castelhanos não figuram nos *Lusíadas* entre os Europeus fraticidas e amirados, que o poeta evoca duas vezes em fundamentais situações do poema. Estão demasiado próximos e parecem-se demasiado connosco, para ser o seu juízo que nos tranquiliza. Há um episódio, no poema, cuja finalidade é precisamente pôr frente a frente Portugueses e Ingleses, Portugueses e Franceses, Portugueses e Alemães. O episódio dos Doze de Inglaterra. Doze cavaleiros portugueses triunfam, em torneio, de doze ingleses. O Magriço mata em campo um Francês. Outro dos doze bate, na Alemanha, um Germano enganoso:

Que nunca os admirados
Alemães, Galos, Ítalos, Ingleses,
Possam dizer que são para mandados...

Não dizia tal o duque de Lencastre. Para defender a causa difícil das damas inglesas ofendidas, pareceu-lhe até que não haveria na Europa quem a pudesse sustentar senão os Portugueses. Segundo o duque, que estivera connosco na guerra contra os Castelhanos, não só podíamos competir com Europeus, como éramos, entre os Europeus, os mais fortes e cavaleiros. O duque de Lencastre, «potente inglês», às damas ofendidas:

Nos Lusitanos vi tanta ousadia,
Tanto primor e partes tão divinas,
Que eles sós poderiam, se não erro,
Sustentar vossa parte a fogo e ferro⁽¹⁰⁾.

Assim, em Camões, no próprio poema das Índias, da descoberta do caminho marítimo, e da formação do Império, está presente, sob forma interrogativa, a relação de Portugal com a Europa. E está presente esta pergunta: quem somos nós, e o que valem os perante a Europa?

⁽¹⁰⁾ *Ibidem*, canto 6, oitava 48.

Sempre *Os Lusíadas* me pareceram um poema ambíguo, fosse qual fosse o ponto de vista do qual se estudam:

- Qual o herói do poema? Vasco da Gama? Ou antes o povo português, o «peito ilustre lusitano» ⁽¹¹⁾?
- Qual o assunto do poema? A descoberta do caminho marítimo para a Índia? Ou toda a história de Portugal até ao tempo de D. Sebastião?
- Qual a religião do poema? O Catolicismo que inspira e explica as façanhas dos Portugueses? Ou o Paganismo, cujos deuses determinam o desenvolvimento, as peripécias e a coesão do enredo?
- Qual o sentimento de Camões relativamente a Vasco da Gama? Regra geral, elogia-o, exalta-o... Mas, quando não exalta, censura-o, acusa-o, queixa-se dele e da família dele. Toma-o por herói, e adverte que são péssimas as relações entre as Musas e esse herói e todos os seus descendentes ⁽¹²⁾.
- Qual o sentimento de Camões relativamente à nossa expansão oriental? Parece essa a própria matéria do poema, e no entanto o Velho do Restelo condena-a e, a título de concessão, defende a conquista africana como termo preferível da alternativa ⁽¹³⁾.
- Qual o sentimento de Camões quanto à própria motivação da expansão? Aplauda a justa guerra, incita à justa guerra, e todavia denuncia a cobiça que se manifesta no Estado da Índia ⁽¹⁴⁾; e o Velho do Restelo dá a «glória de mandar» por uma vã cobiça de fama, e o culto da fama por vaidade e fraudulento gosto ⁽¹⁵⁾.
- Qual o sentimento de Camões sobre o lugar dos Portugueses no mundo?

Regressamos aqui ao ponto de partida. Camões dá-nos por exemplares perante a Europa, como por necessitar que os admirados europeus admirem, de nós mesmos, o que fizemos e planeámos.

⁽¹¹⁾ *Ibidem*, canto 1, oitava 3.

⁽¹²⁾ Cf. *Os Lusíadas*, canto 12, oitava 99; canto 7, oitavas 81 e 82.

⁽¹³⁾ *Os Lusíadas*, canto 4, oitavas 90 a 101.

⁽¹⁴⁾ *Ibidem*, canto 10, oitava 58.

⁽¹⁵⁾ *Ibidem*, canto 4, oitava 95.

Não será esta necessidade fruto de uma inquietação? Não se verificará, já em *Os Lusíadas*, obra máxima da nossa literatura, o que será talvez característico da maneira como nos assumimos, a saber a oscilação entre a exaltação e o denegrimento?

Arrisquemos e sigamos nós mesmos o pendor da reflexão sobre o portuguesismo (sem embargo de esta palavra só ter adquirido, já no nosso século, o sentido em que a empregamos aqui)...

Exaltando, propomos a superação na acção, ou a embriaguez na contemplação; denegrindo, comprazemo-nos a nós mesmos na desgraça afirmada, e desculpamo-nos e entendemos distanciar-nos da mediocridade geral e antiga; já não somos a própria mediocridade, mas o olhar que a diagnostica. Tão intimamente ligadas andam esta exaltação e este denegrimento, que o denegrir aparece muitas vezes como efeito perverso de estreme patriotismo, e o exagero e o gratuito da exaltação como manifestação de uma insegurança que nos projecta para a fábula e para o irracional.

A singularidade portuguesa é também a necessidade desta exaltação e deste denegrimento: inquietação quanto a Portugal, e quanto ao ser de ser português.

Seguremo-nos na exegese. Não denegrirá também o próprio Camões, que nos dotou da epopeia da nacionalidade, que foi o cantor da grandeza passada, e quis ser o animador da glória futura? É indubitável que o inquieta, enquanto português, o lugar de Portugal relativamente aos admirados Alemães, Galos, Ítalos, Ingleses. E, quando condena a «austera, apagada e vil tristeza», em que lhe parece metida a Pátria⁽¹⁶⁾, não terá desagradado, no seu tempo, aos próprios conformistas da exaltação? Não poderia ter parecido pouco patriota ele mesmo?

Quando culpa de ignorância, de rudeza, de nenhum respeito pelas letras, aqueles a quem canta, e antes de todos o próprio Vasco da Gama e os seus⁽¹⁷⁾; quando protesta contra a ingratidão dos fidalgos portugueses, e se queixa dos trabalhos em que o meteram os seus próprios heróis⁽¹⁸⁾, e da incapacidade de a Pátria recompensar o mérito⁽¹⁹⁾, não junta ressentimento à crítica?

⁽¹⁶⁾ *Ibidem*, canto 10, oitava 145.

⁽¹⁷⁾ *Ibidem*, canto 5, oitava 99.

⁽¹⁸⁾ *Ibidem*, canto 7, oitava 81.

⁽¹⁹⁾ *Ibidem*, canto 10, oitava 145.

É que justamente a sua crítica reveste um aspecto muito característico, cujos exemplos são inúmeros entre nós. Critica-se e condena-se um defeito do homem, como se não fosse defeito geral do homem — vício desta pobre humanidade — mas erro especial e exclusivo dos Portugueses. Ou melhor: a mediocridade é percebida por Portugueses como singularidade de Portugal:

Enfim, não houve forte capitão
Que não fosse também douto e ciente,
Da Lácia, Grega ou Bárbara nação,
Senão da Portuguesa tão somente.
Sem vergonha o não digo ⁽²⁰⁾.

Sem embargo de pretender que os Portugueses excederam tudo quanto a Musa antiga canta, e de fazer desta verdade a justificação do seu poema, o poeta cai aqui no extremo oposto, e afirma que os mesmos capitães, que dirigiram os Portugueses nesses feitos assombrosos, são os mais ignorantes da História, e até os únicos ignorantes do mundo:

Senão da Portuguea tão somente.

Esta é outra nossa singularidade. E tal, que desta o poeta se envergonha. O primeiro cantor dos Portugueses envergonha-se dos Portugueses:

Senão da Portuguesa tão somente.
Sem vergonha o não digo.

*

* *

A menos de falta nas nossas leituras, não houve, durante o domínio filipino, reflexão sobre a relação Portugal/Europa; nem sobre a viabilidade e a personalidade da nação portuguesa. Em vez dela encontramos uma literatura histórica e épica de exaltação. Hernâni Cidade acentuou o valor e o significado da épica portuguesa sob os Filipes ⁽²¹⁾. A equação Portugal/Europa renasce quando o país procura segurar a independência recuperada. E reaparece por esse tempo a simultaneidade da exaltação necessária ao desígnio político, e do denegrimento como desabafo ou

⁽²⁰⁾ *Ibidem*, canto 5, oitava 97.

⁽²¹⁾ Hernâni Cidade, *A Épica portuguesa sob o domínio filipino*, Porto, separata da Revista de Guimarães, 1940.

protesto. «É o que acontece — notou Maria de Lourdes Belchior, numa exposição feita neste mesmo Instituto — é o que acontece com o padre António Vieira que nos chama cafres da Europa, e ao mesmo tempo nos considera povo escolhido, eleito para os destinos grandiosos do Quinto Império»⁽²²⁾. Comentemos só que a truculência da fórmula de Vieira, e o que nela está implícito, não são dignos a nenhum título da arte, nem do génio do grande pregador. Como que lhe responderia mais tarde Luís António Verney, que não apreciava, aliás, a parenética de Vieira, sustentando que, se os Cafres tivessem universidades, também eles fariam maravilhas⁽²³⁾.

Portugal restaurado vai hesitar entre dois apoios e duas culturas. Teremos no nosso país um partido austríaco e um partido francês. E lentamente a cultura francesa, ou o alimento cultural de origem francesa vão substituir entre nós a cultura espanhola e a tradição peninsular. É uma espécie de europeização cultural que nos volta para Versalhes, e nos torna receptivos à influência do que se chama a Europa das luzes. Mas esta peripécia não é pacífica. Traduz-se em polémica literária, em lutas políticas, em rivalidades religiosas. A classe dirigente da cultura experimenta então a necessidade de conhecer Portugal. E dessa necessidade sai a colossal série dos inventários joaninos, do melhor que jamais produziu a cultura portuguesa: inventário das famílias nobres, feito por António Caetano de Sousa⁽²⁴⁾; inventário das bibliotecas e arquivos, feito pelo conde da Ericeira⁽²⁵⁾; inventário da literatura, feito por Barbosa Machado⁽²⁶⁾; inventário dos poetas portugueses que se exprimiram em latim, feito por António dos Reis⁽²⁷⁾; inventário da língua portuguesa, feito por Rafael Bluteau⁽²⁸⁾; colecção de memórias sobre assuntos portugueses⁽²⁹⁾. Para estes homens,

⁽²²⁾ Maria de Lourdes Belchior, *Sobre o carácter nacional, ou para uma explicação de Portugal*, in *Nação e Defesa*, Revista portuguesa de assuntos políticos, económicos e militares, n.º 22 (Janeiro/Março de 1982), Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, pp. 13/31.

⁽²³⁾ Verney, *Verdadeiro método de estudar*, carta 13. Na edição Salgado Júnior (Lisboa, Clássicos Sá da Costa), figura o passo em apreço, no vol. 4 (1952), pág. 126.

⁽²⁴⁾ Referimo-nos à *História genealógica* (Lisboa, 1735 a 1748).

⁽²⁵⁾ A este inventário, impresso em fascículos sucessivos da *Colecção dos documentos e memórias da Academia Real de História*, não se reconheceu ainda o grande valor bibliográfico que na verdade tem.

⁽²⁶⁾ Referimo-nos à *Biblioteca Lusitana* (Lisboa, 1741 a 1759).

⁽²⁷⁾ António dos Reis, *Corpus illustrium Poetarum Lusitanorum*, Lisboa, 1745.

⁽²⁸⁾ Referimo-nos ao *Vocabulário português e latino*, Coimbra, depois Lisboa, 1712/1728.

⁽²⁹⁾ *Memórias sobre D. Sebastião* (1736/51), *Notícias cronológicas da Universidade de Coimbra* (1729), *Memórias para a história eclesiástica do arcebispo de Braga* (1732/1747) etc...

congregados em torno da Academia Portuguesa de História, reflectir sobre Portugal é inventariar o património português. A *Biblioteca Lusitana* de Barbosa Machado permanece, como se sabe, um repositório bibliográfico indispensável. E o *Vocabulário* de Bluteau, não menos indispensável a todo o linguista, está na origem de toda uma linha de dicionários portugueses, dele tendo saído o famoso Moraes⁽³⁰⁾ que dominou todo o século XIX, e chegou mais ou menos puro aos nossos dias. Curioso fenómeno ter sido um estrangeiro, nascido em Londres, de pais franceses, que erguem em dez volumes in-fólio este monumento ímpar da nossa língua, que eu queria ver reeditado e valorizado como merece na história da nossa cultura.

Este Rafael Bluteau, protegido da rainha Maria Francisca, era um homem de espantosa cultura, aguda perspicácia e extrema cautela. A influência que exerceu na renovação cultural do nosso país não foi ainda medida em toda a sua latitude. Observou, entendeu e lisonjeou os usos e costumes de Portugal. Aprendeu, praticou e dominou a língua portuguesa, o nosso estilo, à época, de falar, de pregar e de escrever. Escritor, não escrevia naturalmente com a redundância ornada e sonora dos Portugueses. Pregador, não pregava naturalmente por conceitos, com as «provas» e as profecias deduzidas da Bíblia por via de sentidos figurados, que caracterizavam a parenética portuguesa. Versejador, não versejava naturalmente em exercício de estapafúrdio virtuosismo verbal, como então se apreciava entre nós. Mas, para se insinuar, singularizou-se mais que nós, extremou-se mais que nós em «portuguesismos» do tempo, a pontos de, tendo posto em fichas os nossos clássicos impressos e inéditos, nos ensinar a nossa língua, e, tendo frequentado todos os nossos «discretos» e Academias, nos dar lições de barroco. Só que, cuidadosamente, sempre que podia, ia insinuando no espírito dos Portugueses que havia outra cultura, que eram outras a retórica e poética na Europa, e ia mostrando as diferenças.

Desde os fins do século XVII que o estudo comparativo, filosófico, dos costumes se tornara um dos empregos favoritos da inteligência. Bluteau tem páginas excelentes e praticamente desconhecidas, como certa dedicatória ao embaixador de Portugal em Paris, assinada em 1698, em que

⁽³⁰⁾ O que se considera primeira edição do Moraes dá-se, muito honestamente, por *Dicionário da língua portuguesa, composto pelo padre Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por António de Moraes Silva* (Lisboa, 1789).

análisa o contraste entre os usos das duas capitais. Dela respiguei alguns passos. Tese a provar:

Sem oposição de hemisfério, os Franceses são antípodas dos Portugueses, no trato, no galanteio, no cerimonial da corte, e no manejo dos negócios⁽³¹⁾;

Mais adiante:

A mim me parece que, no sistema da vida moral e política, é Paris tão contrário a Lisboa, como o dia à noite, porque, em Paris, o que se faz às claras, em Lisboa se costuma fazer às escuras⁽³²⁾.

Sobre as maneiras da corte, e convites para refeições:

No trato comum dos que frequentam esta corte⁽³³⁾, a todos é lícito dizer claramente o seu parecer. Ao seu hóspede lhe dirá o convidado na cara que este ou aquele manjar não presta. Mas, segundo as leis do primor português, o convidado, ainda que mal jantado, com grandes louvores encarecerá ao hóspede o pior prato da sua mesa. Lá⁽³⁴⁾, toda a queixa se faz na ausência das pessoas, e quase às escuras; quando muito se desabafa com os amigos, e só da impenetrabilidade do segredo se fia o desafio da sinceridade. Cá⁽³⁵⁾, pelo contrário, se tira a máscara à dissimulação, e, sem recurso à lisonja, se diz às claras o que se entende. Nem há quem se escandalize do que ouve, porque quase de comum consenso da Nação se sujeitou o amor próprio à censura, e, para triunfo da singeleza, se deu ampla liberdade à queixa⁽³⁶⁾.

Nota sobre o amor em Paris, em contraste com o namoro à portuguesa:

Aqui não anda Cupido rebuçado e coberto com o véu da noite, nem se cansa em fazer às damas pé de janela, porque estão as portas abertas ao galanteio. Notável singeleza⁽³⁷⁾!

⁽³¹⁾ Bluteau, *Sermões panegíricos e doutrinas*, vol. 1 (Lisboa, 1732), pág. 6.

⁽³²⁾ *Ibidem*.

⁽³³⁾ Esta corte é a de Paris.

⁽³⁴⁾ Em Lisboa.

⁽³⁵⁾ Em Paris.

⁽³⁶⁾ Bluteau, *Sermões panegíricos e doutrinas*, vol. 1 (Lisboa, 1732), pág. 6.

⁽³⁷⁾ *Ibidem*.

Aprecie-se o conhecimento por Bluteau do namoro da rua para a janela — singularidade portuguesa — e da necessidade, para estes requestos, da escuridão da noite, e da discrição do bioco.

Contradições agradáveis do amor em Paris, rapidez, continuidade e liberdade:

Nesta terra o maior disfarce do amor é a benevolência. Ainda que epicúrio, blasona de platónico; ainda que adulto, quer parecer menino. Dirá que tem os olhos vendados quando é mais perspicaz que um Argos. Não se cansa em despedir setas, porque do primeiro jacto atirou todas. Nem acende a tocha, porque nunca a apaga. Nem anda vestido, porque de ordinário não tem outra capa, que o vão pretexto de uma sincera liberdade ⁽³⁸⁾.

Em contraste com estas alegrias, ao que se obriga a viúva portuguesa:

Em Lisboa a mais ilustre viúva sempre está às escuras, porque no primeiro ano da sua viuvez não se vê fora de casa, nem em casa se pode ver, porque não sai de uma câmara mais escura que as cavernas das Sibilas. A modo de oráculo responde sem aparecer, e, como se não pode acertar com o lugar onde está, senão pelo tino da fala, ou pelo rumo dos suspiros, muitas vezes sucede que para a parte contrária se endireita, com naufrágio da cortesia, a proa do discurso. Anda finalmente a pobre viúva, antes de morrer, amortalhada nas cândidas insígnias do seu lamentável estado, tumba animada, túmulo vivente e triste depósito de fúnebres lembranças ⁽³⁹⁾.

Bem diferente o luto da viúva francesa:

O maior luto de uma viúva francesa é luto aliviado, porque até na demonstração de uma justa dor se evita aqui o excesso. Não oculta as lágrimas que chora. Todos podem ser testemunhas e consoladores da sua pena. Sai quando quer, e a quem quer visita, e nas visitas pode perseverar a sua soledade, porque sempre está só quem nunca está com o que ama ⁽⁴⁰⁾.

⁽³⁸⁾ *Ibidem*.

⁽³⁹⁾ *Ibidem*, pp. 6/7.

⁽⁴⁰⁾ *Ibidem*, pág. 7.

Pouco a pouco o padre Rafael Bluteau vai avançando para assuntos de maior melindre. Estilo e frequência das procissões em Paris, em contraste com as de Lisboa:

Na quaresma não verá Vossa Excelência nocturnas procissões de arrastados que com pés e mãos andam em alcance da mais humilde piedade. Nem de dia se encontrará Vossa Excelência com procissão alguma, senão em certas notáveis solenidades, e esta sem penitências públicas, sem disciplinas, nem espadas, porque em França a mais rigorosa disciplina é militar, e só para soldados se reservou a espada ⁽⁴¹⁾.

Excelente regra, sugere Bluteau, esta separação nítida, em França, de coisas religiosas e coisas militares. Como apropriada lhe parece a (relativa) simplicidade das igrejas francesas:

Nas igrejas de Paris assistirá Vossa Excelência ao pio espectáculo de uma devoção sem bioco, e tão singela, que de ordinário com canto-chão as maiores festas se celebram, e com poucas tapeçarias os maiores templos se ornem ⁽⁴²⁾.

Em contraste, o aparato das igrejas portuguesas. E, ao evocá-lo, o grande pregador e linguista faz corresponder a bizzaria do estilo, que não é o dele, à do próprio espectáculo que descreve, acumulando elementos curtos, simétricos, em paralelo insistente, conducentes a uma larga frase de acentos nítidos, cuja eufonia impecável sobressai no contraste, e resolve como necessariamente todo o desenvolvimento. As linhas seguintes constituem uma valiosa pintura das festas religiosas portuguesas em tempos de D. Pedro II. Como se imagina, no reinado de D. João V, extremar-nos-íamos mais ainda nessas galas. Cito:

Mas que é daqueles sumptuosos aparatos, em que, com o artifício do labor, compete a indústria dos armadores? Telas da Índia, suspensas em cortinas; brocados da China, comprimidos em almofadas; matizes da Sicília com cores mais vivas, que as da Primavera nos prados; e volantes de Portugal, todos cintilantes; e, desde o tecto até

⁽⁴¹⁾ *Ibidem.*

⁽⁴²⁾ *Ibidem.*

o pavimento das igrejas, com admirável variedade e disposição própria dos lugares que ocupam, curvados em arcos, estirados em colunas, assentados em bases, estendidos em frisos, distribuídos em grades, terminados em pirâmides, encolhidos em ângulos, recortados em folhagens, figurados em rosas, e repartidos em estrelas, todas fixas, porque todas pregadas, e sempre com o mesmo aspecto e na mesma altura, porque livres da rápida volubilidade das celestes esferas⁽⁴³⁾.

Se Bluteau é mestre, não é único nestas comparações. Um fidalgo português, Pedro Norberto Aucourt e Padilha, publica em 1746 umas *Memórias históricas*, em que consigna impressões de Paris. E entra francamente a certa altura por um assunto tabu: a igualdade dos sexos. De chofre assegura que, em Paris, «a liberdade das damas é igual à dos homens». E louva os maridos franceses que, desfeiteados, deixam de tirar o desforço que exige ou permite em geral a honra peninsular:

Os maridos não ficam tão infames pelo disfarçarem, como por tomarem o despique valendo-se de uma aleivosa traição⁽⁴⁴⁾...

«Discreta e generosa política», aplaude o fidalgo português. A adúltera merece castigo, decerto, mas não morte:

Se a mulher não procede bem, entrega-se aos pais, acusa-se à justiça, ou mete-se com um decreto de El-Rei em um convento para toda a vida⁽⁴⁵⁾...

Com efeito, explica Pedro Padilha, a má conduta da mulher não diminui o crédito do marido. A «distinta nação» francesa, junta ele, entende que o crédito de cada qual, «só o pode manchar a mesma pessoa por acção própria»⁽⁴⁶⁾.

Outro excelente costume francês, contrário ao nosso, é, segundo Padilha, que em França, aonde vai o marido, vão mulheres e filhos. A mulher não fica em casa:

Possuir os divertimentos sem os lograr sua mulher e filhos não é completa satisfação da vida⁽⁴⁷⁾...

⁽⁴³⁾ *Ibidem*.

⁽⁴⁴⁾ Padilha, *Memórias, histórias, geográficas e políticas*, Lisboa, 1746, pág. 37.

⁽⁴⁵⁾ *Ibidem*.

⁽⁴⁶⁾ *Ibidem*.

⁽⁴⁷⁾ *Ibidem*, pág. 48.

Em suma, a França parece ao nosso fidalgo, isto por 1740, o verdadeiro país da liberdade. Cito:

Enfim, até o escravo tem liberdade, porque, mal chega a França, fica forro⁽⁴⁸⁾.

Claro, a obra mais representativa deste período é o *Verdadeiro Método de Estudar* de Luís António Verney, saído em 1746. Esta diatribe famosa equaciona mais uma vez a relação Portugal/Europa, e assume, analisando as várias disciplinas do saber, posição sempre e radicalmente negativa. Na Europa sabe-se tudo. Em Portugal não se sabe nada, nem sequer se sabe falar. Os valores de cultura portuguesa são falsos e os ídolos necessitam ser apeados. Nem o padre António Vieira, nem o próprio Camões escapam. Até a abonação religiosa da legitimidade da nacionalidade, que era o milagre de Ourique, é metida a ridículo, de passagem, sem o menor escrúpulo, nas linhas seguintes, em que Verney embrulha no mesmo saco a lenda francesa da santa ampola, descida dos céus para ungir Clóvis, rei dos Francos:

Esta aparição ao rei D. Afonso, a redoma de vidro cheia de óleo, que veio do céu a Clodoveu, e outras destas coisas que se acham nas histórias, são boas para divertir rapazes, e os críticos as conservam todas no mesmo armário, em que guardam as penas da Fénix⁽⁴⁹⁾.

Admira, ao considerar isto, publicado em 1746, que a simples omissão do milagre de Ourique tenha valido, cem anos mais tarde, tantos dissabores a Alexandre Herculano.

Caricatura do racionalismo, o *Verdadeiro Método de Estudar* é a obra mais revolucionária do Portugal pré-pombalino. Mas algumas outras reflexões são de grande eficácia, como o chamado *Testamento político* de D. Luís da Cunha. Também neste a consideração da relação Portugal/Europa está presente, e a Europa é o modelo, e o nosso país o termo desvalorizado de comparação, necessitado de urgentes e draconianas reformas.

⁽⁴⁸⁾ *Ibidem*.

⁽⁴⁹⁾ Verney, *Verdadeiro método de estudar*, carta 5. Na edição Salgado Júnior (Lisboa, Clássicos Sá da Costa), figura o passo em apreço no vol. 2 (1950). pp. 30/31.

Um sector em que o «estrangeiramento» se processa, ou tende a processar-se, ao tempo de D. João V, é o teatro. A produção italiana, ajudada por música e canto, conquista a corte e a aristocracia, e não é combatida. Sorte diversa conhece a comédia francesa, cujos defensores são considerados perigosos e, como tal, combatidos. Mas as coisas vão mudar na segunda metade do século. É no tempo de Pombal, após a reforma da censura, que o nosso país passa a ser consumidor regular do produto cultural estrangeiro. O teatro francês e o teatro italiano vão rivalizar na cena portuguesa; e, nas vésperas do romantismo, no sector do romance, já a produção francesa domina a edição.

Sebastião José era um homem de cultura, reconhecido ou proclamado como tal por muitos que tentavam as letras. Como se sabe, as suas reformas, as suas inovações derivam muitas vezes das análises e propostas dos estrangeirados. Admitem ou necessitam o largo emprego de mestres, formadores, empresários estrangeiros. No seu tempo, nas vésperas do capital acontecimento que é a reforma da censura, se volta a focar, deplorando-a, a nossa singularidade. No fundamental tratado, intitulado *Dedução Cronológica e Analítica*, que reflecte fielmente o pensamento do próprio ministro, censura-se aos Portugueses terem sido eles os únicos na Europa a não protestar contra o intolerável abuso da censura (próprios termos) exercida pelos Jesuítas.

Vamos seguir o desenrolar por antítese da exposição, para fazermos ver, além do seu interesse próprio, como repete um esquema já nosso conhecido.

Primeira parte, enuncia-se o erro do sistema vigente:

O abuso da autoridade na permissão, ou proibição dos livros, chegou a um tal excesso desde o meio do século décimo-sexto até o presente, que obrigou a levantarem contra ele a voz, não só a muitos sábios católicos romanos, mas também fizeram justificados, em parte, os clamores de muitos escritores protestantes⁽⁵⁰⁾...

Lança-se depois que não houve nação civilizada, onde não se tivessem levantado protestos contra tal censura. E os termos da *Dedução Cronológica* lembram, nesse passo, os heróicos camonianos «Enfim, não houve

(50) *Dedução cronológica e analítica*, vol. 2 (Lisboa, 1767), pág. 1.

forte capitão / Que não fosse também douto e ciente, / Da lácia, grega ou bárbara nação...». Cito o texto pombalino:

Apenas haverá nação que não conte algum escritor, teólogo, cano-nista, jurista, político, filósofo, ou historiador contra tão intolerável abuso ⁽⁵¹⁾.

Depois vem a enumeração que corresponde, se quisermos, aos Alemães, Galos, Ítalos, Ingleses, de Camões. Cito:

Franceses, Alemães, Flamengos, Ingleses, Italianos e Espanhóis têm feito ver a sua perniciosa origem, o seu violento progresso e o seu pernicioso e último estado ⁽⁵²⁾.

Todos, enfim, protestaram contra a censura. Todos, excepto nós. Cito a *Dedução Cronológica*:

Os nossos escritores portugueses são os únicos que guardam silêncio nesta importante matéria ⁽⁵³⁾...

Eis a afirmação da singularidade, exactamente como em Camões: «Enfim, não houve forte capitão [...] senão da portuguesa tão somente. / Sem vergonha o não digo».

Mais uma vez a *Dedução Cronológica*:

Os nossos escritores portugueses são os únicos que guardam silêncio nesta importante matéria, ignorando (com a história literária dela) que havia no mundo homens católicos, e muitos ortodoxos, que por uma parte mostravam o abuso da censura, e por outra parte se lastimavam de verem os engenhos portugueses não só tiranizados até o último excesso pelo referido abuso, mas tão surdos às vozes da Europa sábia, como o podem ser às dos cachopos da barra de Lisboa.

Este passo é extraordinário. Tiranizados os Portugueses. E até estrangeiros lamentavam esta tirania. E nós, silenciosos. Mudos e surdos. Surdos às vozes da Europa sábia.

⁽⁵¹⁾ *Ibidem*.

⁽⁵²⁾ *Ibidem*.

⁽⁵³⁾ *Ibidem*, pp. iii/iv.

Num livro fundamental, publicado em 1953 — *Portugal e a cultura europeia* — o professor José Sebastião da Silva Dias resumiu, em conclusão, nos seguintes termos, a sua análise do seiscentismo português:

Por volta de 1580, quando perdemos a independência, já as linhas mestras do barroco estavam nitidamente traçadas e solidamente estabelecidas. Daí até quase aos fins do século XVII, não houve mais filosofia nem mais ciência em Portugal — pode dizer-se — que a dos tratadistas escolásticos. E pode dizer-se também que não houve contactos fecundos com a inteligência de além Pirenéus. O país viveu então um longo período de isolamento cultural — facto que parece não ter passado sem deixar consequências na sua história. Tanto quanto se pode concluir do presente estudo, os altos da nossa vida mental coincidem muito de perto com os períodos de mais intensa convivência da lusa gente com o pensamento europeu. Pelo contrário, as depressões acompanham *pari passu* os períodos de concentração nacional da inteligência ⁽⁵⁴⁾.

Mais notável ainda me parece, na obra de Silva Dias, a lúcida imparcialidade com que considera inovadores e conservadores, ao estudar o nosso século XVIII. Cito:

Os inovadores não foram mais felizes que os seus antagonistas. O contacto dos Portugueses com a cultura universal, quando não se manifestou à escolástica, desenvolveu-se no sentido da adesão. Quase nunca se espalhou no sentido da discussão ou da assimilação crítica das novas correntes. Tudo se passou entre a resistência sem argumentos, e o desdém sem atenção ao complexo mental do país. No espírito dos inovadores, sobrepuseram-se muitas vezes ideais políticos e ideais filosóficos que se contradiziam ⁽⁵⁵⁾.

*
* *
*

Por 1570, nos termos lapidares que lembrámos, dirigindo-se aos Europeus, Camões condenava as suas lutas fratricidas, o seu insuficiente fervor

⁽⁵⁴⁾ Silva Dias, *Portugal e a cultura europeia* (Coimbra, separata da revista *Biblos*, 1953), pág. 254.

⁽⁵⁵⁾ *Ibidem*, pág. 258.

religioso, ou o seu desvio relativamente à religião comum; e convidava-os a unirem-se num grande objectivo.

Nos nossos dias podem passar por iniciativas neste sentido, correspondentes a tomadas de consciência, posteriores à última guerra, o Conselho da Europa, instituído em 1949, e a Comunidade Económica Europeia, surgida em 1957. Daquele somos membro; a esta vamos aderir nas vésperas do seu vigésimo aniversário.

Como se sabe, a CEE nasceu de um mercado comum do carvão e do aço, e tem feito frente, e está fazendo frente, a enormes dificuldades. Alemães, Galos, Ítalos, Ingleses não se conciliam, não se associam, não se irmanam com inteira e espontânea alegria. Talvez porque tenham discutido de mais sobre carvão e aço, sobre vinhos e têxteis, e atendido de menos ao que, queremos supor, verdadeiramente os liga. A Europa da economia precedeu a da cultura. Tem-lhe faltado o cimento dos valores que não dependem da oferta e da procura, nem das alternâncias de expansão e recessão.

Pelo meio do caminho da sua vida as instâncias europeias começaram a reflectir nesta carência, e sobretudo de há cinco anos a esta parte têm tentado supri-la. No quadro do Conselho da Europa foi concebida e adoptada em 1954 e 55 a convenção cultural europeia, que ratificámos em 1976. Os Ministros europeus, responsáveis pelos assuntos culturais, passaram a encontrar-se regularmente. E está na forja uma «Declaração europeia de objectivos culturais» que será talvez assinada em Maio próximo.

Portugal interroga-se desde há tanto tempo quanto vimos sobre o ser de ser português, e o seu lugar na Europa. Como se tivesse mais uma vez seguido o nosso exemplo, a Europa quer hoje definir o que seja ser europeu, porque se inquieta, ela, quanto ao seu lugar no mundo. E, se Camões por 1570 propunha um objectivo à Europa, é ela mesma hoje que reflecte no que possam ser os seus objectivos culturais. Consciente de que faltavam à sua associação o cimento de uma identidade, e o norte de um grande desígnio.

A nível europeu discute-se uma definição da cultura: «conjunto dos valores que conferem ao homem a sua razão de ser e agir». Procura-se um ponto de vista sobre a cultura europeia: «cultura fundada numa tradição humanista secular, da qual derivam um apego indestrutível à liberdade e aos direitos do homem». Percorre-se o âmbito do comum patri-

mónio: «recursos naturais e criações humanas; riquezas físicas, mas também valores espirituais e religiosos; crenças e saberes; angústias e esperanças; razões de ser, e modos de vida».

O grande desígnio, o objectivo mesmo das sociedades europeias, será permitir a cada europeu a sua plena realização na liberdade, e em conformidade activa, solidária, com os direitos do homem. Tal realização passa pela cultura que constitui o factor essencial de um desenvolvimento harmonioso das sociedades, em interacção nomeadamente com os condicionantes económicos e tecnológicos.

Para se realizar o grande desígnio será indispensável, mais concretamente, desenvolver o património; assegurar a plena realização das aptidões humanas; garantir a liberdade; promover a participação; encorajar a solidariedade; construir o futuro. O cuidado do património não consiste apenas na salvaguarda, mas também na melhoria das condições e na invenção dos estímulos favoráveis ao seu enriquecimento contínuo pela criação; em favorecer o acesso de todos ao património, e contribuir assim para a tomada de consciência da identidade cultural europeia. E as vias do futuro, tal como o entende e as entende a discussão travada, são três:

- Favorecer a invenção, a experimentação e a adopção de práticas sociais, correspondentes às aspirações dos Europeus, e susceptíveis de contribuir para o êxito de novas formas de desenvolvimento;
- Participar activamente na construção europeia, e por conseguinte na salvaguarda e promoção dos ideais e princípios que integram o património comum;
- Promover as relações e a cooperação internacional, fundadas no respeito mútuo, e orientadas em vista do desenvolvimento de todos os povos.

*

* *

A análise desta exposição, extraída de uma documentação que todos os dias aumenta, mostra que nem a letra, nem a doutrina ainda amadureceram suficientemente. Mas também que é já consequente, na Europa, a necessidade de uma definição e de um projecto culturais. A discussão travada gira em torno, actualmente, de quatro problemas: a declaração

européia dos objectivos culturais, a cooperação cultural europeia, a cultura perante as novas técnicas de comunicação, e a relação entre o desenvolvimento cultural e a emigração.

É indubitável, se os objectivos culturais não aparecem talvez ainda com suficiente nitidez, e se, por isso, a sua proclamação pode não ser muito eficaz, que a cooperação cultural europeia se está desenvolvendo e que este desenvolvimento se vai acelerar. O Parlamento europeu tomou a iniciativa de reclamar que 1 por cento do orçamento das Comunidades fosse consagrado à cooperação cultural, e esta é apresentada como via conducente a uma nova acuidade da consciência europeia. Pensa-se em modernizar a convenção cultural; em revê-la no sentido de permitir a adesão de outras organizações internacionais como as Comunidades; em anexar-lhe a Declaração europeia, em estudo, dos objectivos culturais; em atribuir uma prioridade elevada à cooperação cultural no quadro do Conselho da Europa, e em aumentar os recursos que lhe são destinados; em editar e actualizar periodicamente o Manual europeu dos assuntos culturais.

Quanto a outro dos quatro problemas que inventariámos — a relação entre o desenvolvimento cultural e a emigração — a contribuição do nosso país começou por ser natural e involuntária. Contam-se hoje doze milhões de cidadãos emigrantes na Europa, dos quais são Portugueses cerca de dez por cento. Amanhã os cidadãos de raiz portuguesa, nos países industrializados da Europa, sem embargo do volume dos regressos, serão mais numerosos, porque os indivíduos da chamada segunda geração, e da terceira, se casam e se multiplicam. Assim nós próprios somos hoje, e sere-mos amanhã, e sem sair da Europa, como os dentes, de Cadmo des-parzidos.

As instâncias internacionais, nomeadamente o Conselho da Europa, as conferências dos responsáveis pelos assuntos culturais, definem os objec-tivos quanto aos emigrantes:

- Assegurar a continuidade dos laços entre eles e as culturas nacio-nais respectivas;
- Assegurar o acesso dos emigrantes à cultura das sociedades de acolhimento;
- Facultar o enriquecimento da cultura, em país de acolhimento, pelo contributo cultural dos emigrantes.

Desta emigração moderna nasceu o conceito de formação bi-cultural. O facto multi-cultural seria, na Europa, um dado estrutural normal, no qual deveriam fundar-se as políticas culturais dos países afectados pelas emigrações.

Infelizmente a gravidade e a persistência da crise económica contrariam esta visão do problema, e opõem-se a estas recomendações. Enquanto os Europeus proclamam a primazia da cultura, o bom ou mau conselho do raciocínio económico tira-lhes de debaixo dos pés o tapete que pisam, na dignidade humanista deste discurso.

De resto, as próprias preocupações que vimos analisando, a consentida necessidade de análise solidária e política comum, derivam muitas vezes de factores não exactamente culturais, inspiradores de receios que se traduzem no campo da cultura, mas são mais agudos, mais verdadeiros e mais eficazes em termos de mercado. Ao nível dos Governos, que são expressões políticas, e se provam em batalhas económicas, é difícil a pureza do cuidado cultural.

Olhai se estais seguros de perigos...

Não o estão Alemães, Galos, Ítalos, Ingleses. E o intuito principal das discussões culturais europeias, neste momento, é anular ou limitar os inconvenientes das novas técnicas de comunicação, de que passo a tratar.

O grande veículo da cultura, da sub-cultura e até da anti-cultura no nosso tempo é a televisão. Permito-me citar, sobre esta primazia, o primeiro parágrafo de uma comunicação feita em Novembro do ano passado, ao Conselho de cooperação cultural do Conselho da Europa, pelo Sr. Graham Murdock, professor da Universidade de Leicester:

A televisão ocupa, após o sono, a maior parte do nosso tempo livre. Segundo estatísticas dos princípios de 1983, o núcleo familiar britânico, médio, tem a televisão ligada durante cinco horas e meia por dia. E é a televisão que lhe oferece a maior parte do alimento cultural e das informações que ele consome. No decurso de um ano, as pessoas seguem mais tempo o seu mostrador de televisão, do que passam no teatro ou no concerto durante toda a vida. A desproporção é ainda maior entre os que preferem as emissões desportivas à prática de um desporto, ou a um bilhete de ingresso num desafio de amadores ou de profissionais. Quanto ao índice de audiência de uma

única longa metragem, sucede-lhe ultrapassar, às horas de ponta, o número de entradas no cinema, durante um mês, em todo o país. De facto, estamos a viver, cada vez mais acentuadamente, numa civilização da televisão ⁽⁵⁶⁾.

Têm a clara consciência, Alemães, Galos, Ítalos, Ingleses, de não estar seguros, não tanto pelo que a televisão trouxe, ou conquistou, mas pelo que promete. Pela revolução das técnicas de comunicação, já encetada.

Estas técnicas largamente adoptadas nos Estados Unidos, e também na União Soviética, e em poucos países da América do Sul, entre os quais o Brasil, são principalmente duas. A transmissão das emissões por cabo, que já se pratica na Inglaterra, na Bélgica, na Holanda, na Áustria e na Suíça; e a televisão por satélite que permite a recepção a domicílio de sinais emitidos por estações espaciais, susceptíveis de se manter em actividade durante dez anos. Os dois métodos podem combinar-se. Isto é: a rede de cabos pode partir de uma estação terrestre, intermediária.

Entre as vantagens da nova televisão enumeram-se, do ponto de vista da difusão, a área muito maior do campo abrangido, e a cobertura de áreas até aqui mal servidas, como, por exemplo, regiões montanhosas ou insulares. Do ponto de vista da recepção, a grande melhoria do som e da imagem, e a possibilidade muito maior de escolha de programas.

Este último ponto é fundamental. Quando vier a televisão por satélite, os telespectadores poderão receber directamente o programa doméstico de um satélite estrangeiro, cujo campo de acção ultrapasse as fronteiras do país que o pôs em órbita; os programas elaborados especialmente pelo produtor, para o público estrangeiro abrangido; e os programas concebidos e difundidos num quadro multinacional. Sem contar que os cabos (de difícil instalação em Portugal) podem aumentar ainda mais, e facilmente, a capacidade de recepção dos programas de origem exterior.

Nós sabemos o que se passa nas zonas raianas, em que os nossos compatriotas podem receber a televisão espanhola. Que sucederá aos programas portugueses se, dentro de cinco anos, pudermos receber em Lisboa e em todo o país a televisão francesa, inglesa, alemã e europeia? Como

⁽⁵⁶⁾ Conselho da Europa, Conselho de cooperação cultural, Colóquio *Développement technologique et enjeux nouveaux de la politique culturelle* (Estrasburgo, 9/10 de Novembro de 1983), comunicação de Graham Murdock sob título *Politique culturelle et choix des consommateurs à l'ère de la télévision «nouvelle»; rhétorique et réalité*, pag. 2 (policópia).

evoluirá a partir de então a nossa identidade cultural, que tanto vimos discutindo?

Console-nos não sermos únicos a recluir. Não saindo da Europa, é na Inglaterra que a televisão por cabo está mais desenvolvida. Doze por cento dos núcleos familiares beneficiam já hoje desta técnica. E o professor Murdock, inglês, explica assim os perigos que antevê:

As novas indústrias da televisão ameaçam provocar uma baixa da produção cinematográfica e televisiva nacionais. Receia-se que os responsáveis das redes de cabo, e da difusão por satélite encham os programas com produções baratas de êxito certo. Temem-se muito especialmente importações maciças de emissões americanas, e o desenvolvimento das produções paneuropeias «suaves» como por exemplo os concursos de canções da Eurovisão. Numerosas vozes se levantaram reclamando a fixação de quotas. A exemplo do que se passa com a BBC e as sociedades difusoras britânicas, os responsáveis de cabos e satélites não poderiam consagrar senão uma percentagem limitada do seu tempo de antena à produção estrangeira⁽⁵⁷⁾.

Comentemos que a percentagem actual, na Grã-Bretanha, é de catorze por cento, mas que esta limitação funciona sobretudo relativamente aos Estados Unidos, visto a produção dos países membros da CEE gozar das mesmas facilidades que a produção nacional. Na nossa RTP, o tempo de antena vai em partes iguais para produções portuguesas e estrangeiras, entre as quais as brasileiras ocupam o primeiro lugar. Se considerarmos a cobertura em exportação, das importações de programas, teremos que deplorar uma percentagem baixíssima. Será talvez de 1,5 por cento. Temos de tentar, na era das novas técnicas de comunicação, não só aguentar o embate, não só precavermo-nos contra as consequências, neste sector, da integração europeia, como ainda reparar este desequilíbrio. Estas coisas simples, claras e iminentes têm que ver com o cuidado da identidade cultural.

⁽⁵⁷⁾ *Ibidem*, pág. 14.



Algumas vezes, nós, Portugueses, nos singularizámos por ser os primeiros. Primeiros no reconhecimento moderno do mundo. Primeiros na criação de um império moderno, além-mar. E inquietámo-nos, e já ao tempo, e mostrámo-lo de diversas maneiras. Com a maneira como aparecíamos, por esses feitos e essa conquista, aos olhos dos Europeus. Sem embargo, seguiram-nos as pisadas Ingleses, Holandeses e Franceses.

Recuperada a independência no século XVII viríamos a tratar, depois, várias vezes, e com êxito diverso, de acertar o passo pela Europa. Na própria sequência da Restauração; um século mais tarde pela mão férrea de Pombal. E inquietámo-nos de novo. E passámos alguns a pôr em dúvida a própria viabilidade do país ou da independência. A temer que, para a Pátria portuguesa, se tivesse consumado a história. Salvo erro, a ideia da morte da Pátria é uma novidade pre-romântica e romântica, concebida na iminência e na sequência do desabar do regime absoluto, formulada por José Anastácio da Cunha e por Garrett, e posta na boca de Camões. Penúltima tirada do poema *Camões*, de Garrett, morte do poeta:

Os olhos turvos para o céu levanta;
E já no arranco extremo: — *Pátria, ao menos*
Juntos morremos. E expirou co'a Pátria (⁵⁸).

Dir-se-ia que, em Garrett, a ideia ou receio da morte da Pátria, de uma segunda morte da Pátria, calava fundo. A pontos de ele mesmo indicar, fora de toda a poesia, o que lhe parecia imprescindível para que Portugal sobrevivesse. Destaco do seu ensaio *Portugal na balança da Europa*, que começou a escrever em 1825, estas frases que soam hoje como novas:

Parece-me não carecer de demonstração que o mesmo Portugal que até aqui era, já ele não pode ser (⁵⁹).

(⁵⁸) Garrett, *Obras*, vol. 2 (Porto, Lello & Irmão, 1963), pág. 418.

(⁵⁹) Garrett, *Obras*, vol. 1 (Porto, Lello & Irmão, 1963), pág. 418.

Estoutra que se julgaria tratar da próxima integração europeia do nosso país e dos nossos vizinhos:

Espanha e Portugal vão entrar na liça. Ninguém o questiona ou duvida. Quando? Há-de ser breve. Como? Aqui vai o grande ponto. Este é o objectivo do terror e das esperanças⁽⁶⁰⁾...

Cito enfim a conclusão do ensaio:

Praza a Deus que todos, de um impulso, de simultâneo e unido esforço, sacrificadas opiniões, esquecidos ódios, perdoadas injúrias, ponhamos peito e metamos ombros à difícil, mas não impossível tarefa de salvar, de reconstruir a nossa perdida e desconjuntada Pátria, — de reequilibrar enfim Portugal na balança da Europa⁽⁶¹⁾.

A que chamámos a geração de 70 empreendeu explicar as causas por que nos achávamos, no entender dos seus corifeus, à retaguarda da Europa, em invejado progresso. Causas da decadência dos povos peninsulares, em Antero. Desagregação, em Oliveira Martins. Descobrimos assim o nosso próprio declínio, muitos anos antes de Oswald Spengler diagnosticar o do Ocidente. Garrett falara da morte da Pátria, um século antes de anunciar Spengler a da Europa.

Após a comuna de Paris, a convulsão que se admite é talvez um dos motivos de inspiração das grandes supressões simbólicas da nossa literatura dessa época. Junqueiro mata D. João. *A Morte de D. João*, 1874. Gomes Leal mata o Padre Eterno, assassina Jesus Cristo, descreve a morte da Igreja, imagina a vinda e a paixão do Anti-Cristo. O ultimatum agrava as angústias. Junqueiro compõe o significativo poema sobre o fim da Pátria: *Finis Patriae*. Eça de Queirós imagina a nova perda da independência no esboço intitulado *A Batalha do Caia*.

À interrogação camoniana sobre se, em comparação com os povos da Europa, pareceremos mais para mandar, se para mandados, sucedera a comparação filosófica ou para-filosófica entre a Europa e Portugal, o denegrimiento verneiano da cultura e dos valores vigentes portugueses, perante a cultura da Europa; a acusação pombalina de que só em Por-

⁽⁶⁰⁾ *Ibidem*, pág. 804.

⁽⁶¹⁾ *Ibidem*, pág. 942.

tugal, no quadro da Europa, os homens cultos não protestaram contra o abuso intolerável da censura; a interrogação garrettiana sobre Portugal na balança da Europa; a persuasão anteriana da não-contribuição de Portugal para o progresso da civilização, e da decadência dos povos peninsulares; o receio da geração de 70 quanto à viabilidade de Portugal; a tentativa de definição, na iminência e na sequência da revolução republicana, da alma portuguesa, que passa a ser a *alma pátria* na *Arte de ser português* de Teixeira de Pascoais, publicada em 1915; o sentimento de afundamento, que inspira conceitos indicativos de esperança cíclicas numa espécie de ressurreição: a Regeneração; a «ideia nova» da geração de 70; a alma nova de Guilherme de Azevedo; a Renascença portuguesa; a Nova Renascença; o Estado Novo...

A natureza do Estado novo favorece a simultaneidade dos dois pendores recíprocos do português: exaltar, denegrir. Quem é pró, exalta; quem é contra, denigre. Pelos anos 55/65 a chamada «filosofia portuguesa» tenta antes discernir a originalidade de um pensamento, e a especificidade de um comportamento que, diferenciando-nos de todos, nos põem ao abrigo dos acidentes que os outros sofrem, e das mutações que o mundo acusa. A força da nossa essência protege-nos contra a mudança.

Pelos tempos da queda de Goa, que anuncia o fim de uma época, avultam as reflexões sobre o carácter português, a maneira portuguesa de estar no mundo, a cultura portuguesa, o enigma português. Depois o país demora-se numa guerra que ia parecendo perigosa, e condenada ao fracasso. Do estrangeiro, destoando da condenação geral, algumas vozes exprimem uma espécie de admiração ou curiosidade por essa mesma teima. Entre nós um livro foca o impasse: *Portugal e o futuro*.

Após o 25 de Abril, quando as opções começam a matizar-se, os hinos se desentoam, e a canção militante se modera, multiplica-se a reflexão sobre Portugal e os Portugueses. Que, de há anos a esta parte, equaciona a chamada identidade cultural, quando não a identidade nacional. Este problema é a forma nova de uma velha inquietação que surge em força na iminência e na sequência das peripécias. É próprio do português interrogar-se não só sobre o seu país, mas sobre a singularidade de ser português. Ser espanhol, ou ser francês é natural, e as pessoas não se preocupam em geral com essa qualidade. Nós interrogamo-nos sobre o que somos. E sobretudo sobre o que somos perante os outros. O escopo do

meu trabalho teria sido, remontando na história dessa inquietação, mostrá-la já no próprio âmago do livro máximo da nossa cultura. Mostrar que ela nos acompanha, latente ou manifesta, ao longo da nossa aventura. É uma constante. E, como inquietação de sempre, não deve inquietar-nos por aí além.

Quando Camões deplorava a austera tristeza em que estava metida a pátria, não lhe esquecia a alegria dos verdadeiros seguradores das descobertas e da expansão:

Olhai que ledos vão por várias vias,
Quais rompentes leões e bravos touros⁽⁶²⁾...

Quando Raul Brandão, no seu livro *El-Rei Junot*, procura o que foi a verdadeira resistência portuguesa às invasões francesas, de novo encontra esses homens simples, pegados à terra⁽⁶³⁾, e capazes de correr mundo, que dão o corpo a fomes e vigias. Que vão por várias vias como de novo os nossos emigrantes dos anos sessenta. Os quais contribuem, como se sabe, para a resistência do país.

Eu formularia um ou dois votos. Que a discussão actual, forma nova e *importada* que reveste uma inquietação antiga, não se desossasse, por inércia, do motivado conteúdo que assumiu hoje a discussão da identidade na Europa a que vamos aderir. Por exemplo, a Europa debate de identidade cultural a propósito dos emigrantes. E nós, que temos um milhão e meio de emigrantes na Europa, ensaiamos e especulamos sobre identidade, e não sobre a maneira de segurar a identidade dos luso-franceses de amanhã, nem qual poderá ser o efeito cultural da relação dessa comunidade jovem, em evolução, com o país de dentro das fronteiras. Do seu sentimento, ou ressentimento, ou, enfim, do seu ponto de vista quanto a nós.

Outro voto: não esquecermos, debatendo de identidades, que teremos de desenvolver a nossa, no quadro da identidade europeia, para cuja definição e salvaguarda somos chamados a ser parte activa.

⁽⁶²⁾ *Os Lusíadas*, canto 10, oitava 147.

⁽⁶³⁾ Sobre o povo que resiste aos franceses, ver Raul Brandão, *El-Rei Junot*, cap. 8 (*O Frade e o Povo*). Na ed. de 1974 (Coimbra, Atlântida), pp. 260/261.

Parte activa. Vamos, pois, inquietos de sempre, debater, como europeus, de inquietações da Europa de hoje. E não só por dever de sócio. Também por interesse próprio. Se a Europa teme pela sua identidade cultural, pelas suas indústrias culturais, pela sua capacidade de preencher com programas próprios os tempos da televisão de amanhã, convirá que colaborem nas respostas possíveis, e que beneficiemos delas. Ou que limitemos os estragos inevitáveis. Temos de fazer escolhas, e definir orientações culturais, na iminência dos satélites. O ideal seria cobrirmos com programas nossos o mundo da língua portuguesa, e proporcionarmos televisão portuguesa aos nossos emigrantes. Em vez disso, corremos o grave risco de diminuirmos os nossos programas, e a publicidade de que encaixamos benefícios.

Trata-se de concretizar. De aplicar a nossa inquietação, sem que ela nos paralize na saudade improfficua, no desapego do presente, na contemplação inactiva do passado, ou no irracionalismo... De fixar a nossa inquietação nos objectos que hoje realmente inquietam.

Eduardo Lourenço pergunta num artigo que acaba de sair se está a processar-se em Portugal uma crise de identidade ou uma ressaca imperial⁽⁶⁴⁾. Na segunda hipótese, mais uma vez manifestaríamos, decerto, a nossa singularidade. Mas a força da ressaca deixar-nos-ia na praia do Velho do Restelo. Como analisava Garrett a seu tempo, temos de reequilibrar Portugal na balança da Europa. E, avançando, evoluindo, colaborando na reflexão comum, na invenção e aplicação das políticas comuns, estimulando os nossos próprios produtos — falo de produtos culturais — tratar de permanecermos Portugueses em nossa casa e em toda a parte, e também europeus na balança do mundo, e cosmopolitas na comunidade.

António Coimbra Martins

Ministro da Cultura

⁽⁶⁴⁾ Eduardo Lourenço, *Crise de identidade ou ressaca imperial?*, in *Prelo*, revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, n.º 1 (Outubro, 1983), pp. 15/22.